



REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ZONA COSTEIRA SETOR 02 : CENTRO-NORTE

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FILIPE FREITAS MELLO

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES
CÉLIA FERNANDES

GERENTE DE APOIO À GESTÃO DAS CIDADES
LUZ MARINA STRADIOTO STECKERT

COORDENADOR DO GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
JORGE REBOLLO SQUERA

EQUIPE DE TRABALHO – 2009 - 2012
ALESSANDRO BORDON
BIANCA ALVES DIAS MARTINS PARIZOTTO
CAMILA DOS SANTOS VARGAS

EQUIPE DE TRABALHO – 2012 - 2013
ANA PAULA RODRIGUES LOPES SIMM
ALVARO PRAUN JUNIOR
CLÁUDIA PORCELIS VARGAS

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	4
2 METODOLOGIA	6
2.1 OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA A GESTÃO	7
3 PRODUTO	10
3.2 PROGRAMAS LOCAIS – LITORAL CENTRO NORTE / SETOR 2	11
3.2.1 <i>Município de Balneário Piçarras</i>	11
3.2.1.1 Gestão dos Recursos Naturais	11
3.2.1.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	12
3.2.1.3 Desenvolvimento Urbano	12
3.2.1.4 Desenvolvimento turístico.....	Erro! Indicador não definido.
3.2.2 <i>Município de Penha</i>	14
3.2.2.1 Gestão dos Recursos Naturais	14
3.2.2.2 Implementação e consolidação das atividades na Faixa marítima	15
3.2.2.3 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	16
3.2.2.4 Desenvolvimento Urbano.....	17
3.2.2.5 Desenvolvimento turístico.....	21
3.2.3 <i>Município de Navegantes</i>	22
3.2.3.1 Gestão dos Recursos Naturais	22
3.2.3.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	24
3.2.3.3 Desenvolvimento Urbano.....	24
3.2.3.4 Desenvolvimento Turístico	27
3.2.3.5 Atividades relacionadas à Pesca	29
3.2.4 <i>Município de Itajaí</i>	29
3.2.4.1 Gestão dos Recursos Naturais	29
3.2.4.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	31
3.2.4.3 Saneamento Básico	31
3.2.4.4 Desenvolvimento Urbano.....	32
3.2.4.5 Desenvolvimento turístico.....	35
3.2.4.6 Atividades relacionadas à pesca e maricultura.....	37
3.2.5 <i>Município de Balneário Camboriú</i>	38
3.2.5.1 Gestão dos Recursos Naturais	38
3.2.5.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	41
3.2.5.3 Desenvolvimento Urbano	42
3.2.5.4 Desenvolvimento turístico.....	44
3.2.5.5 Conservação dos Recursos Históricos e Culturais.....	45



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES



3.2.6 Município de Camboriú.....	46
3.2.6.1 Gestão dos Recursos Naturais	46
3.2.6.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	48
3.2.6.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento	49
3.2.6.4 Desenvolvimento turístico.....	50
3.2.7 Município de Itapema.....	52
3.2.7.1 Gestão dos Recursos Naturais	52
3.2.7.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	53
3.2.7.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento	54
3.2.7.4 Desenvolvimento turístico.....	58
3.2.7.5 Recursos Marinhos	59
3.2.8 Município de Porto Belo	59
3.2.8.1 Gestão dos Recursos Naturais	59
3.2.8.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	61
3.2.8.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento	61
3.2.8.4 Desenvolvimento turístico.....	63
3.2.9 Município de Bombinhas	64
3.2.9.1 Gestão dos Recursos Naturais	64
3.2.9.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas.....	67
3.2.9.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento	67
3.2.9.4 Desenvolvimento turístico.....	70
4 APÊNDICES.....	73
4.1 TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES NOS MAPAS.....	75
4.2 MAPAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O litoral Centro-Norte, Setor 2, abrange nove municípios: Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Bombinhas e Porto Belo. Tais municípios distribuem-se por uma faixa terrestre de 1.011 Km², onde vivem aproximadamente 375.589 habitantes (IBGE, 2000), resultando em densidade habitacional de 433,05 hab./Km².

Este setor apresenta a maior densidade dentre os demais setores costeiros, sendo considerada uma área metropolitana, com forte tendência de conurbação entre os municípios costeiros.

Nos municípios deste setor, a população aumenta significativamente no verão, em decorrência do Turismo de Sol e Praia. Nesse sentido, destacam-se os municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas pelo turismo consolidado, sendo o primeiro reconhecido como pólo turístico da América do Sul.

Nesta região situa-se o Porto de Itajaí que, além de grande exportador, caracteriza-se como um dos mais importantes terminais pesqueiros do País, sendo o terceiro maior porto em movimentações de cargas do Brasil, além de agregar atividades de pesca artesanal e industrial, entre outras atividades.

Por estarem dentro da área urbana da cidade de Itajaí, as atividades portuárias apresentam sérios problemas e riscos ambientais relacionados: à ampliação das áreas para armazenamento; ao aumento do volume de tráfego (especialmente de veículos de carga); ao grande número de embarcações que circulam no estuário: aos vazamentos e lançamentos de resíduos sólidos e líquidos; à contaminação por água de lastro; desmanche de navios e dragagem; entre outros potenciais impactos.

Além disso, este setor recebe influência direta da Foz do Rio Itajaí-Açú, o que provoca carga poluidora industrial e urbana proveniente das cidades e das indústrias têxteis, pesqueira, metal-mecânica e de papel, situadas à montante da bacia hidrográfica homônima.

A pressão demográfica e de exploração dos recursos costeiros que ocorre neste setor, remete a cenários de conflitos de uso das faixas terrestre e marítima, podendo levar a depleção de recursos naturais, culturais e sociais, levando ao comprometimento da qualidade de vida e qualidade ambiental.

Estes cenários são produtos de um desenvolvimento pouco ou nada planejado, que tendem a gerar panoramas futuros preocupantes, principalmente ao considerarmos fatores como: a crise econômica mundial, consequências do aquecimento global e mesmo as vulnerabilidades locais herdadas de um passado de exploração irracional.

Neste sentido, o caráter de planejamento e a dotação de instrumentos de gestão capazes de articularem-se entre si, remetem ao Gerenciamento Costeiro, como a política titular na mitigação, atenuação e mesmo, mudanças de tais perspectivas.

Vale ainda ressaltar que o Decreto Estadual nº 5.010/06 estabelece que na implantação de planos diretores municipais, obras e atividades públicas e privadas deverão ser obrigatoriamente seguidos os instrumentos do Gerenciamento Costeiro pertinentes. Desta forma busca-se assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Sendo assim, um dos instrumentos de planejamento definidos pelo Gerenciamento Costeiro Federal e Estadual é o Plano de Gestão. Este plano de gestão deve ser desenvolvido levando em consideração os diferentes atores, usos e atividades presentes na zona costeira.

2 METODOLOGIA

De acordo com o Decreto 5.010/06, o Plano de Gestão da Zona Costeira do Setor 2 deverá ser desenvolvido com a participação da sociedade e dos órgãos e governamentais. A partir de tal premissa legal o Plano de Gestão foi elaborado pautado pelas etapas que seguem:

- Revisão de Planos de Gestão da Zona Costeira de Santa Catarina anteriores a 2010.
- Revisão das diretrizes legais (federais e estaduais) estabelecidas em decretos e resoluções pertinentes ao gerenciamento costeiro.
- Análise de sobreposição do ZEEC com o mapa de uso do solo atualizado para identificar as ações pertinentes ao alcance das metas previstas no ZEEC.
- Classificação das ações em diretrizes de gestão baseadas em: conservação/preservação, recuperação/readequação e desenvolvimento/implantação, a partir da análise da sobreposição do ZEEC com o mapa de usos do solo atualizado.
- Síntese de temas e áreas para estruturação de proposta preliminar de acordo com Decreto 5.010/06 que fornece a base inicial de estruturação dos Planos de Gestão, tal como segue:

I – Programas

II – Linhas de Atuação

III – Planos de Ação, com a descrição de:

- área e limites de atuação;
- atores sociais e instituições envolvidas;
- metas;
- cronograma de execução;
- categorização dos Planos de Atuação em ações de conservação/preservação;

recuperação/readequação; ou
desenvolvimento/implantação

- estudos de diagnóstico ambiental local expedito;
- estudos de diagnóstico de morfodinâmica costeira, quando houver intervenção na orla marítima;
- custos e cronograma orçamentário;
- origem e fonte de aplicação dos recursos.

2.1 Obtenção das informações para a gestão

Conforme a metodologia apresentada, uma das fontes de informação para o desenvolvimento dos Planos de Gestão resulta da análise do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC). Assim, na oficina de trabalho que teve como objetivo apresentar o resultado do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro no Setor 2 – Litoral Centro-Norte (realizada no dia 23 de abril de 2010) os grupos de trabalho fizeram considerações que julgaram necessárias propondo alterações no zoneamento ou ações de gestão.

Juntamente com os mapas do ZEEC foi entregue aos grupos uma tabela de Ações / Propostas a fim de complementar as observações feitas nos mapas. Nessas tabelas os participantes anotaram suas sugestões que correspondiam a um número no mapa, identificando o município/localidade. Juntamente com a equipe do GERCO/SC definiu-se se tal proposição seria encaminhada ao ZEEC, fazendo-se as alterações necessárias neste, ou se seria encaminhado ao plano de gestão, o qual apontaria diretrizes e estratégias das ações que devem ser implementadas pelos órgãos competentes.

Os municípios também foram estimulados a analisar, discutir e compatibilizar zoneamento do GERCO/SC e do macrozoneamento de cada Plano Diretor municipal, refletindo em ações de zoneamento e de plano de gestão. Essas discussões se deram em oficinas municipais ou jornadas municipais.

Assim, os municípios puderam apresentar à coordenadoria estadual documentação com resultados destas discussões em oficinas de consolidação. A oficina de consolidação do Setor 2 aconteceu em 10 de novembro de 2010.

Além dos dados relativos à faixa terrestre, a equipe também estudou e selecionou as ações de gestão sobre a faixa marítima, a partir das discussões realizadas nas reuniões de trabalho sobre esta faixa e dados obtidos no diagnóstico socioambiental do setor (anexo item sobre a balneabilidade).

Todas as ações possíveis de serem espacializadas foram assim feitas nos mapas resultantes das oficinas e que podem ser vistas no Apêndice 0. As ações nos mapas receberam um número de identificação nos quais estão elencados na tabela das ações de gestão encontradas no Apêndice 4.1.

Com o intuito de complementar a obtenção de informações para que fosse traçado o Plano de Gestão da Zona Costeira, a equipe do GERCO/SC elencou uma série de programas, linhas de atuação e planos de gestão para a Zona Costeira de Santa Catarina e em especial do Setor 2. Essa busca de dados também se baseou nos problemas apresentados pelo diagnóstico socioambiental deste setor, assim como nas diretrizes apontadas pelo Plano de Gestão da Zona Costeira de Santa Catarina, datado de 1996.

Neste Setor destaca-se ainda iniciativa anterior realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, a qual, além de propor um Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira, desenvolveu uma proposta de plano de gestão integrado para o litoral centro-norte de Santa Catarina, no contexto do Projeto Gerenciamento Costeiro Integrado nos municípios da península de Porto Belo e entorno da foz dos Rios Camboriú e Itajaí-açu. Este trabalho também foi levado em consideração para a preparação do presente Plano de Gestão.

Complementarmente, em 2012 foram consultados novamente os técnicos das prefeituras municipais e instituições governamentais para atualização da tabela das ações de gestão em decorrência de algumas alterações realizadas no ZEEC e/ou ações que foram implementadas.

O processo de revisão do Plano de Gestão da Zona Costeira elaborado pela empresa AMBIENS foi realizado com intuito de dar diretrizes no âmbito estadual, não entrando em escalas de detalhe e sem realização de trabalho de campo, baseado no diagnóstico ambiental, mapa do ZEEC e discussões com os técnicos municipais.

Considerou-se as diretrizes para a conservação e preservação dos ambientes vulneráveis e áreas de risco, conforme Decreto Federal 5.300/2004 que cita a aplicação do princípio da precaução, adotando-se medidas eficazes para impedir ou minimizar a degradação do meio ambiente, sempre que houver perigo de dano grave ou irreversível, mesmo na falta de dados científicos completos e atualizados e os objetivos do Decreto Estadual 5010/2006 em Impedir a degradação dos ecossistemas costeiros remanescentes e adequar os processos produtivos das atividades econômicas considerando a capacidade de suporte dos vários ecossistemas da Zona Costeira.

As questões relacionadas diretamente a orla marítima devem ser discutidas em escala de detalhe e analisadas com aplicação da metodologia do Projeto Orla (um dos instrumentos do GERCO).

3 PRODUTO

O produto aqui apresentado se configura no Plano de Gestão para o Setor 2, Litoral Centro-Norte de Santa Catarina. As ações de gestão elencadas através da metodologia explicitada acima foram enquadradas em Programas que contém Linhas de Atuação e Planos de Ação.

Para cada Plano de Ação foram definidos:

- Atores sociais e instituições envolvidas;
- Metas;
- Área e limites de atuação – quando pertinente sendo identifica nos mapas por uma numeração, cabe ressaltar que os números circunscritos a uma circunferência apenas localizam a ação não tendo limites definidos;
- Cronograma de execução – curto (implantação em até 12 meses), médio (implantação entre 12 e 36 meses) ou longo prazo (implantação prevista para se dar em mais de 36 meses);
- Categorização dos Planos de Atuação em ações de conservação/preservação; recuperação/readequação; ou desenvolvimento/implantação;
- Custo aproximado – baixo (até R\$ 50.000,00), médio (de R\$ 50.000,00 a R\$ 150.000,00) ou alto custo (acima de R\$ 150.000,00);
- Origem e fonte de aplicação dos recursos – quando pertinente.

3.2 Programas Locais – Litoral Centro Norte / Setor 2

Os Programas aqui apresentados são aqueles que englobam as ações de gestão elencadas pelos municípios costeiros deste setor durante as oficinas, além daquelas decorrentes da análise do diagnóstico socioambiental realizado (2009) e da análise do Plano de Gestão de 1996/1997 e do Plano de Gestão de 2003/2004. Além da revisão em 2012 com os técnicos municipais.

3.2.1 Município de Balneário Piçarras

3.2.1.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

3.2.1.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade civil
2. Metas: Revisar a cada dez anos o Plano Diretor para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Balneário Piçarras
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.1.3 Desenvolvimento Urbano

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar ocupação nas áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis em áreas urbanas

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Desenvolver programas de monitoramento nas áreas já ocupadas e evitar e controlar ocupações em áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis
3. Área e limite de atuação: definidas pelo município de acordo com a Lei 12.608/2012 Cronograma: Curto a longo

4. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
5. Custo aproximado: Baixo
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos estaduais e municipais

ii. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano

4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

3.2.2 Município de Penha

3.2.2.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais, Comitê de Bacia Hidrográfica
2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

3.2.2.2 Implementação e consolidação das atividades na Faixa marítima

a. Definição das áreas de atividades marítimas

i. Controlar Marina em processo de licenciamento

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Secretaria do Patrimônio da União, FATMA, IBAMA, Prefeitura Municipal, proprietários das áreas
2. Meta: Implantar equipamentos náuticos que atendam as normas ambientais e urbanísticas
3. Cronograma: Médio
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação
5. Custo aproximado: Alto
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais, recursos da iniciativa privada

b. Estruturação da Maricultura

i. Organização das áreas de cultivo

1. Atores sociais e instituições envolvidas: AMAP, Prefeitura Municipal, Universidades, EPAGRI
2. Meta: Organizar as áreas de cultivo de maneira a minimizar a poluição visual e melhorar o acesso ao tráfego marítimo de acordo com os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs)
3. Área e limite de atuação: Áreas de cultivo de maricultura no município de Penha
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação

6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

ii. Programa de Capacitação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: AMAP, Prefeitura Municipal, EPAGRI, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implementar um programa de capacitação para o cooperativismo e associativismo de pescadores e maricultores
3. Área e limite de atuação: Pescadores e maricultores da região
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.2.3 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade Civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Penha

4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.2.4 Desenvolvimento Urbano

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar ocupação nas áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis em áreas urbanas

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Desenvolver programas de monitoramento nas áreas já ocupadas e evitar e controlar ocupações em áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis
3. Área e limite de atuação: definidas pelo município de acordo com a Lei 12.608/2012 Cronograma: Curto a longo
4. Categoria: Recuperação/readequação
5. Custo aproximado: Baixo
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos estaduais e municipais

ii. Controlar a ocupação urbana sobre áreas de praia e de restinga

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Desenvolvimento Regional, Comitê

Temático de Gerenciamento Costeiro, FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal

2. Meta: Ter fiscalização eficaz coibindo uso e ocupação de áreas de praia e de restinga
3. Área e limite de atuação: Área de restinga
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: recursos federais, estaduais e municipais

iii. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iv. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

8. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
9. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
10. Área e limite de atuação: Perímetro urbano Cronograma: Médio
11. Categoria: Desenvolvimento/implantação
12. Custo aproximado: Baixo
13. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iv. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

v. Implantar ações de saneamento básico no município

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), CASAN
2. Meta: Ter saneamento básico (tratamento da água para consumo, tratamento e destinação adequada de efluentes) implantado e operante em 100% do município
3. Área e limite de atuação: Limites do município
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

vi. Desenvolver e implantar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Recycle Catarinense de Resíduos Ltda.
2. Meta: Ter Plano de Gestão de Resíduos Sólidos implantado e operante em 100% do município com parceria de outros municípios (regionalização da gestão dos resíduos sólidos)
3. Área e limite de atuação: Limites do município
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

vii. Substituição da Rede de Abastecimento de Água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal de Penha e de Piçarras, Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), CASAN
2. Meta: Substituir a rede antiga de abastecimento de água por meio de Consórcio Penha/Piçarras
3. Área e limite de atuação: Rede de abastecimento de água
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.2.5 Desenvolvimento turístico

a. Definição de áreas turísticas

i. Desenvolver Plano Diretor Turístico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, Secretaria de Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Desenvolver um Plano Diretor Turístico que leve em consideração a necessidade da estrutura nos pontos turísticos

e infra-estrutura necessária ao município para o turismo de qualidade

3. Área e limite de atuação: Município de Penha
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.3 Município de Navegantes

3.2.3.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Conservar a vegetação fixadora de dunas

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Desenvolver e implantar projeto de recuperação e conservação de vegetação fixadora de dunas
3. Área e limite de atuação: Dunas frontais do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

b. Gestão das Unidades de Conservação

i. Implantar Unidades de Conservação

1. Atores sociais e institucionais: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretarias de Desenvolvimento Regional, FATMA, IBAMA, Universidades e centros de pesquisa, ONGs, Conselhos das Unidades de Conservação, Sociedade Civil
2. Meta: Implantar Unidade de Conservação, com seu devido Conselho e Plano de Manejo
3. Área e limite de atuação: Dunas até estrada Beiramar. Área definida em pré-projeto enviado à FATMA em 2009.

4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Conservação/preservação, desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, recursos estaduais, recursos advindos de multas ambientais, recursos da iniciativa privada e fundos internacionais

3.2.3.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Navegantes
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.3.3 Desenvolvimento Urbano

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implementação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

ii. Melhoria do Acesso e Sistema Viário

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, FATMA, Iniciativa privada
2. Meta: Melhorar a qualidade de infra-estrutura (duplicação) viária e acesso às praias, em conjunto com o plano de mobilidade urbana
3. Área e limite de atuação: Acessos à praia
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implementação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou recursos municipais

iii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Abastecimento de Água e Saneamento

i. Programa de captação de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, concessionária
2. Meta: Implantar sistema de captação de água eficiente e suficiente para o município
3. Área e limite de atuação: Município e áreas de captação de água
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou recursos municipais

ii. Programa de tratamento de efluentes

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, concessionária
2. Meta: Implantar sistema captação e tratamento de efluentes eficaz, de maneira a prevenir a contaminação
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou recursos municipais

iii. Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, catadores de resíduos recicláveis, empresas de reciclagem, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.3.4 Desenvolvimento Turístico

- a. Ordenamento e normatização das atividades do turismo

i. Identificação do Potencial Turístico do Município

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Fazer inventário dos segmentos e atrativos turísticos do município
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

ii. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.3.5 Atividades relacionadas à Pesca

a. Ordenamento das Indústrias de Pesca

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério da Pesca, Vigilância Sanitária, FATMA, FEMEPE
2. Meta: Ordenar, legalizar e implantar infraestrutura adequada nas áreas de salga (manipulação do pescado) do município
3. Área e limite de atuação: Áreas de salga do município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.4 Município de Itajaí

3.2.4.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Municípios, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação

6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Demarcação de Parques Municipais

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Demarcar o Parque de Atalaia e o Parque Municipal da Ressacada no âmbito do Plano Diretor do Município
3. Área e limite de atuação: Parque de Atalaia, Parque Municipal da Ressacada
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iii. Demarcação da Unidade de Conservação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: ICMBio, FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Determinar, demarcar e implantar unidades de conservação no Maciço Montanha do Aririba
3. Área e limite de atuação: Maciço Montanha do Aririba
4. Cronograma: Longo

5. Categoria: Desenvolvimento/implantação,
Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais,
estaduais e/ou municipais

3.2.4.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal,
Câmara dos Vereadores, Sociedade Civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as
condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o
ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Itajaí
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais
(Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.4.3 Saneamento Básico

a. Demarcação da infra-estrutura de saneamento básico

- i. Demarcação da barragem de Captação Água para o abastecimento
Público

1. Atores sociais e instituições envolvidas: CASAN, Prefeitura Municipal
2. Meta: Demarcar a atual barragem de captação de água no âmbito do Plano Diretor do Município
3. Cronograma: Curto
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação
5. Custo aproximado: Baixo
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

ii. Demarcação da Estação de Tratamento de Esgoto

1. Atores sociais e instituições envolvidas: CASAN, Prefeitura Municipal
2. Meta: Demarcar a estação de tratamento de esgoto projetada no âmbito do Plano Diretor do Município
3. Cronograma: Curto
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação
5. Custo aproximado: Baixo
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

3.2.4.4 Desenvolvimento Urbano

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Desenvolvimento Regional, Comitê

Temático de Gerenciamento Costeiro, FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal

2. Meta: Ter fiscalização eficiente para coibir ocupação em áreas de restinga
3. Cronograma: Médio a longo
4. Categoria: Recuperação/readequação
5. Custo aproximado: Médio
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

ii. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

viii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

8. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal

9. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).

10. Área e limite de atuação: Perímetro urbano

11. Cronograma: Médio

12. Categoria: Desenvolvimento/implantação

13. Custo aproximado: Baixo

14. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

ix. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal

2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).

3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano

4. Cronograma: Médio

5. Categoria: Desenvolvimento/implantação

6. Custo aproximado: Baixo

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iii. Melhoria do Acesso e Sistema Viário

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, FATMA, Iniciativa Privada

2. Meta: Melhorar a qualidade de infra-estrutura viária e acesso ao Porto
3. Área e limite de atuação: Acessos ao Porto
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou recursos municipais

iv. Planejamento de área de expansão portuária

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, FATMA, Universidades, ONGs, Capitania dos Portos, Superintendência do Porto
2. Meta: Planejar a área de expansão portuária
3. Área e limite de atuação: Área de entorno do Porto
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
8. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.4.5 Desenvolvimento turístico

a. Definição e Identificação do Potencial Turístico

i. Delimitação de local de interesse turístico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de

Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), SANTUR,
Prefeitura Municipal

2. Meta: Delimitar local de interesse turístico definido pelo município
3. Área e limite de atuação: Cascatas
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais

ii. Identificação do Potencial Turístico do Município

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Fazer inventário dos segmentos e atrativos turísticos do município
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

b. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.4.6 Atividades relacionadas à pesca e maricultura

a. Extração de recursos vivos marinhos

i. Educação para a extração de recursos vivos marinhos

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério da Pesca, FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para as atividades de extração de recursos vivos marinhos
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.5 Município de Balneário Camboriú

3.2.5.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Municípios, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Demarcação da Unidade de Conservação de uso sustentável

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Implantar e demarcar fisicamente a unidade de conservação das Nascentes Morro da Pedra Branca no âmbito do Plano Diretor do município
3. Área e limite de atuação: Parque das Nascentes Morro da Pedra Branca

4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação,
Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

iii. Criação de Unidade de Conservação de proteção integral

1. Atores sociais e instituições envolvidas: FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Determinar, demarcar e implantar o Parque estadual de Taquarinhas
3. Área e limite de atuação: Parque Estadual de Taquarinhas
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação,
Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

iv. Conservação dos Recursos Hídricos

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, FATMA, Comitê de Bacia Hidrográfica. Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Implantar e aparelhar um núcleo do Comitê da Bacia Hidrográfica
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

b. Educação para a conservação

i. Plano de Educação Ambiental nas Comunidades Ribeirinhas

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, FATMA, Comitê de Bacia Hidrográfica. Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar um Plano de Educação Ambiental nas ocupações ribeirinhas do Rio Camboriú visando à preservação da mata ciliar e a minimização do lançamento de efluentes e resíduos no rio
3. Área e limite de atuação: Margens do Rio Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Médio

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

3.2.5.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade Civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Balneário Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

ii. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, FATMA, Comitê de Bacia Hidrográfica, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Prefeituras, Universidades, ONGs, Sociedade Civil

2. Meta: Desenvolver e implantar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú conforme o Programa Micro Bacias 3 da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
3. Área e limite de atuação: Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais estaduais e/ou municipais

iii. Fiscalização do cumprimento da legislação ambiental e urbanística

1. Atores sociais e instituições envolvidas: IBAMA, FATMA, Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade civil
2. Meta: Implantar e aparelhar um Pelotão da Polícia Ambiental para fiscalização da aplicação da legislação ambiental e urbanística
3. Área e limite de atuação: Município de Balneário Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais estaduais e/ou municipais

3.2.5.3 Desenvolvimento Urbano

a. Ordenamento da ocupação urbana

- i. Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Desenvolvimento Regional, Comitê Temático de Gerenciamento Costeiro, FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal
 2. Meta: Ter fiscalização eficaz coibindo uso e ocupação de áreas de restinga e manguezais
 3. Área e limite de atuação: Ribeirão das Nações, Barra do Camboriú e as praias servidas pela Rodovia Interpraias
 4. Cronograma: Médio
 5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
 6. Custo aproximado: Médio
 7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais
- ii. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente (APP)
1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
 2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
 3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
 4. Cronograma: Curto a longo
 5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
 6. Custo aproximado: Baixo

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

x. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal

2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).

3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano

4. Cronograma: Médio

5. Categoria: Desenvolvimento/implantação

6. Custo aproximado: Baixo

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

3.2.5.4 Desenvolvimento turístico

a. Demarcação de pontos geográficos

i. Informação sobre o marco da Latitude 27º S

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal

2. Meta: Atualizar informação e demarcar fisicamente ponto geográfico da Latitude 27º S

3. Cronograma: Curto

4. Categoria: Desenvolvimento/implantação

5. Custo aproximado: Baixo

6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.5.5 Conservação dos Recursos Históricos e Culturais

a. Áreas de Quilombolas na zona costeira

i. Demarcação das áreas de Quilombolas na zona costeira

1. Atores sociais e institucionais: IPHAN, SOL, Secretarias de Desenvolvimento Regional, Município de Santa Catarina, Universidades, ONGs, Associação Quilombola do Morro do Boi
2. Meta: Ter todas as áreas quilombolas do município demarcadas no âmbito do Plano Diretor
3. Cronograma: Médio
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação, conservação/preservação

5. Custo aproximado: Médio a alto
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, recursos estaduais

b. Sítios históricos/arqueológicos e patrimônio histórico e artístico na zona costeira

i. Conflito de ocupação em sítios arqueológicos

1. Atores sociais e institucionais: IPHAN, Secretarias de Desenvolvimento Regional, município, Universidades, ONGs
2. Meta: Dirimir conflito de ocupação em sítios arqueológicos demarcando a área do sítio arqueológico no âmbito do Plano Diretor do município
3. Área e limite de atuação: Praia de Laranjeiras e Ilha das Cabras
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.6 Município de Camboriú

3.2.6.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais

2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Criação e Demarcação da Unidade de Conservação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: ICMBio, FATMA, Prefeitura, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Determinar, demarcar e implantar unidades de conservação
3. Área e limite de atuação: Apa da Pedra da Guerita (Pico da Pedra)
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, Conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto

Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.6.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

b. Gestão de Bacia Hidrográfica

i. Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, FATMA, comitê de bacia hidrográfica, Prefeituras, Universidades, ONGs, Sociedade civil
2. Meta: Desenvolver e implantar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú
3. Área e limite de atuação: Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais estaduais e/ou municipais

3.2.6.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar a ocupação urbana sobre Áreas de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

ii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano

4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Implantação de Saneamento Básico

i. Programa de Saneamento Básico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Vigilância Sanitária, Concessionárias – água, esgoto e resíduos
2. Meta: Implantar sistema de abastecimento de água, captação e tratamento de água e esgoto e de resíduos sólidos, atendendo ao Plano Municipal de Saneamento.
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo Aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais

3.2.6.4 Desenvolvimento turístico

a. Definição de áreas turísticas

i. Área de interesse turístico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de

Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), SANTUR,
Prefeitura Municipal

2. Meta: Delimitação de Área de Interesse Turístico e Histórico no âmbito do Plano Diretor Municipal
3. Área e limite de atuação: Pedra da Gurita (Pico da Pedra)
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/Implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, municipais e estaduais

b. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação,
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.7 Município de Itapema

3.2.7.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Conservação dos Recursos Naturais

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais
2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo dos Bens Lesados do Ministério Público Estadual e Federal, outros Fundos estaduais, Fundo Nacional do Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Demarcar, Proteger e recuperar reserva hídrica

1. Atores sociais e instituições envolvidas: MMA, SDS, FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades
2. Meta: Demarcar no âmbito do Plano Diretor do município a reserva hídrica e desenvolver programa informativo sobre a proteção desta área
3. Cronograma: Médio

4. Categoria: Desenvolvimento/implantação, conservação/preservação
5. Custo aproximado: Alto
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.7.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade Civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Itapema
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

b. Projeto Orla

i. Implantação do Projeto Orla

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento (Secretaria do Patrimônio da União), Gerências Regionais da SPU, Comissão

Técnica Estadual do Projeto Orla, Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Universidades, ONGs, Sociedade civil

2. Meta: Compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da união
3. Área e limite de atuação: Orla do município de Itapema
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

3.2.7.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento

a. Ordenamento da ocupação urbana

- i. Controlar ocupação nas áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis em áreas urbanas
 1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
 2. Meta: Desenvolver programas de monitoramento nas áreas já ocupadas e evitar e controlar ocupações em áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis
 3. Área e limite de atuação: definidas pelo município de acordo com a Lei 12.608/2012
 4. Cronograma: Curto a longo
 5. Categoria: Recuperação/readequação
 6. Custo aproximado: Baixo

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos estaduais e municipais

ii. Controlar a ocupação urbana sobre área de restinga

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Desenvolvimento Regional, Comitê Temático de Gerenciamento Costeiro, FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal
2. Meta: Não permitir novas ocupações em área de restinga
3. Área e limite de atuação: Orla Centro, Praia Perequê
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iii. Controlar a ocupação urbana sobre Áreas de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo

5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iv. Revitalização das áreas públicas

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, FATMA, IBAMA
2. Meta: Estruturar as áreas públicas (praças, calçadão, etc.) de maneira a dar alternativas de lazer para a comunidade e visitantes
3. Área e limite de atuação: Áreas públicas não ocupadas e com potencial de revitalização
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

v. Revisar mancha urbana

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar e delimitar mancha urbana de acordo com a revisão do Plano Diretor
3. Área e limite de atuação: Praia da Ilhota, Praia Grossa, Ponta do Engodo
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

vi. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Implantação de Saneamento Básico

i. Programa de Saneamento Básico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Vigilância Sanitária, Concessionárias – água, esgoto e resíduos
2. Meta: Implantar sistema de captação e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo Aproximado: Alto

7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais

3.2.7.4 Desenvolvimento turístico

a. Definição de áreas turísticas

i. Área de interesse turístico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), SANTUR, Prefeitura Municipal
2. Meta: Definir e demarcar no Plano Diretor do Município a área como sendo de interesse turístico
3. Área e limite de atuação: Praia Perequê
4. Cronograma: Curto
5. Categoria: Desenvolvimento/Implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, municipais e estaduais

b. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável

3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.7.5 Recursos Marinhos

a. Fiscalização do uso dos recursos costeiros

i. Fiscalização pesca industrial

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério da Pesca, IBAMA, Sindicato dos Pescadores
2. Meta: Implantar programa de fiscalização da pesca industrial
3. Cronograma: Médio
4. Categoria: Desenvolvimento/Implantação
5. Custo aproximado: Médio
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais e/ou estaduais

3.2.8 Município de Porto Belo

3.2.8.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Proteção e recuperação das margens de cursos de água

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais

2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Implantação e Demarcação de Parque Municipal

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Implantação de Parque Municipal, com demarcação em campo, Conselho Gestor e Plano de Manejo
3. Cronograma: Médio
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação, conservação/preservação
5. Custo aproximado: Alto
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

3.2.8.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Sociedade Civil
2. Metas: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município Porto Belo
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais (Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.8.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar a ocupação urbana sobre Áreas de Preservação Permanente (APP)

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo

5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

ii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Demarcação da infra-estrutura de saneamento básico

i. Demarcação da Estação de Tratamento de Esgoto

1. Atores sociais e instituições envolvidas: CASAN, Prefeitura Municipal
2. Meta: Demarcar a estação de tratamento de esgoto no âmbito do Plano Diretor do município
3. Cronograma: Curto
4. Categoria: Desenvolvimento/implantação
5. Custo aproximado: Baixo
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

c. Implantação de Saneamento Básico

i. Programa de Saneamento Básico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério das Cidades, Prefeitura, Vigilância Sanitária, Concessionárias – água, esgoto e resíduos
2. Meta: Implantar sistema de captação e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo Aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais

3.2.8.4 Desenvolvimento turístico

a. Melhoria da Infraestrutura para o Turismo

i. Programa de infraestrutura para o turismo de sol e praia

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), SANTUR, Prefeitura Municipal
2. Meta: Desenvolver e implantar um Programa de Infraestrutura e qualificação do turismo de sol e praia
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Longo

5. Categoria: Desenvolvimento/Implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, municipais e estaduais

b. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada

3.2.9 Município de Bombinhas

3.2.9.1 Gestão dos Recursos Naturais

a. Proteção e recuperação dos cursos de água

i. Proteger e recuperar margens dos cursos de água

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Município, ONGs locais, Universidades, escolas locais, Comitê de Bacia Hidrográfica

2. Meta: Proteger e recuperar todas as margens de cursos e corpos de água que estiverem alterados por ação antrópica e que foram passíveis de recuperação
3. Área e limite de atuação: Rios e córregos do município
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

b. Proteger e recuperar área de fragilidade ambiental

i. Proteger e recuperar Área de Recarga hídrica

1. Atores sociais e instituições envolvidas: FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades
2. Meta: Desenvolver e implantar projeto de recuperação das áreas de recarga hídrica
3. Área e limite de atuação: Praia de Bombas, Praia de Quatro Ilhas, Morrinhos
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Recuperação/readequação, conservação/preservação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros

fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

c. Unidades de Conservação

i. Implantação das Unidades de Conservação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: MMA, ICMBio, FATMA, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Implantar de maneira adequada as Unidades de Conservação que existem somente no documento legal de criação das mesmas
3. Área e limite de atuação: Unidades de conservação localizadas no território municipal e que não possuam delimitação física e mapeamento, conselho e/ou plano de manejo
4. Cronograma: Longo
5. Cronograma: Desenvolvimento/implantação
conservação/preservação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Fundo de Bens Lesados do Ministério Público Estadual e do Federal, outros fundos estaduais, Fundo Nacional de Meio Ambiente, recursos municipais

ii. Resolução de conflito de uso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

1. Atores sociais e instituições envolvidas: MMA, ICMBio, Universidades, ONGs, Sociedade Civil
2. Meta: Dirimir conflitos de uso da REBIO do Arvoredo através de ampla discussão entre ICMBio e sociedade civil afetada

3. Cronograma: Médio
4. Categoria: Recuperação/readequação,
conservação/preservação
5. Custo aproximado: Médio
6. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais
e/ou estaduais

3.2.9.2 Demanda por Legislação, Planos e/ou Programas

a. Plano Diretor

i. Revisão do Plano Diretor

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal,
Câmara dos Vereadores, Sociedade civil
2. Meta: Revisar o Plano Diretor a cada dez anos para adequar as
condicionantes ambientais e legais compatibilizando-o com o
ZEEC
3. Área e limite de atuação: Município de Bombinhas
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais
(Ministério das Cidades) e estaduais, recursos municipais

3.2.9.3 Desenvolvimento Urbano e Saneamento

a. Ordenamento da ocupação urbana

i. Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), Secretaria de Desenvolvimento Regional, comitê temático de gerenciamento costeiro, FATMA, IBAMA, Polícia Ambiental, Prefeitura Municipal
2. Meta: Ter fiscalização eficiente para coibir ocupação em áreas de restinga
3. Área e limite de atuação: Praia de Bombas, Praia do Mariscal, Praia Canto Grande
4. Cronograma: Médio a longo
5. Categoria: Recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais

ii. Controlar a ocupação urbana sobre Área de Preservação Permanente

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal, Defesa Civil, FATMA, IBAMA
2. Meta: Não permitir novas ocupações em Áreas de Preservação Permanente definidas em legislação
3. Área e limite de atuação: Todas as APPs legalmente instituídas no território do município
4. Cronograma: Curto a longo
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação, recuperação/readequação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

iii. Revisão do perímetro urbano e condicionantes para ampliação

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Prefeitura Municipal
2. Meta: Revisar as áreas urbanas não-consolidadas dentro do perímetro urbano atendendo a resolução Conama 303/2002 (áreas urbanas consolidadas -artigo 2º, inciso XIII) e a lei 12.608/2012 para expansão urbana (artigo 26b).
3. Área e limite de atuação: Perímetro urbano
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Baixo
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos municipais

b. Implantação de Saneamento Básico

i. Programa de Saneamento Básico

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal, Vigilância Sanitária, Concessionárias – água, esgoto e resíduos
2. Meta: Implantar sistema de captação e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo Aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e municipais

3.2.9.4 Desenvolvimento turístico

a. Melhoria da Infraestrutura para o Turismo

i. Programa de infraestrutura para o turismo de sol e praia

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de Estado de Lazer, Cultura e Esportes (SOL), SANTUR, Prefeitura Municipal
2. Meta: Desenvolver e implantar um Programa de Infraestrutura e qualificação do turismo de sol e praia
3. Área e limite de atuação: Município
4. Cronograma: Longo
5. Categoria: Desenvolvimento/Implantação
6. Custo aproximado: Alto
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, municipais e estaduais

c. Capacitação para o turismo

i. Capacitação para a profissionalização

1. Atores sociais e instituições envolvidas: Ministério do Turismo, EMBRATUR, SANTUR, SOL, Prefeitura Municipal, Universidades, ONGs
2. Meta: Desenvolver e implantar programa de capacitação para o turismo profissional e sustentável
3. Área e limite de atuação: Município



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES



4. Cronograma: Médio
5. Categoria: Desenvolvimento/implantação
6. Custo aproximado: Médio
7. Origem e fonte de aplicação dos recursos: Recursos federais, estaduais e/ou municipais, recursos da iniciativa privada



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES



4 APÊNDICES

4.1 Tabela de identificação de ações nos mapas

Número	Mapa	Ação
2	A	Marina em processo de licenciamento
3	A	Mineração
4	A	Revisar mancha urbana/ nascentes dos rios Gravataí e Ipirí
5	A	Mineração
6	A	Demarcação de Parques Municipais
7	A	Demarcação de Parques Municipais
8	A	Demarcação da barragem de Captação Água para o abastecimento Público
9	A	Demarcação a Estação de Tratamento de Esgoto
10	A	Controlar ocupação nas áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis em áreas urbanas/ Problemáticas do Rio Piçarras
11	A	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de praia
12	A	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de praia
13	A	Monitoramento de Parques Aquícolas
14	A	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga
15	A e B	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga
16	B	Demarcação da Unidade de Conservação
17	B	Demarcação das áreas de Quilombolas na zona costeira
22	B	Área de interesse turístico
23	B	Área de interesse turístico
25	B	Fiscalização Pesca Industrial
25 a	B	Controle de limpeza e manutenção dos navios pesqueiros e transatlânticos
26	B	Demarcar áreas industriais

28	B	Demarcar, Proteger e recuperar reserva hídrica degradada
29	B	Revisar as áreas de expansão urbana
30	B	Demarcação Parque municipal
31	B	Demarcação a Estação de Tratamento de Esgoto
32	B	Conflito entre Navegação e Mergulho de Observação
33	B	Proteger e recuperar Área de recarga (Fragilidade ambiental)
34	B	Proteger e recuperar Área de recarga (Fragilidade ambiental)
35	B	Proteger e recuperar Área de recarga (Fragilidade ambiental)
36	B	Proteger e recuperar Área de recarga (Fragilidade ambiental)
36a	B	Proposta de APA em processo de Aprovação entre a Ponta da Sepultura e Morrinhos
37	B	Proteger e recuperar Área de recarga (Fragilidade ambiental)
38	A e B	Conflito de ocupação em sítios arqueológicos
40	B	Controlar a ocupação urbana sobre área ambientalmente vulneráveis e monitorar processos erosivos
41	B	Controlar a ocupação urbana sobre áreas ambientalmente vulneráveis e em áreas de restinga
42	B	Controlar a ocupação urbana sobre áreas ambientalmente vulneráveis Controlar a ocupação urbana sobre área de restinga
43	B	Controlar ocupação nas áreas litorâneas ambientalmente vulneráveis em áreas urbanas
44	B	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga
45	B	Controlar a ocupação urbana sobre áreas de restinga
50	B	Conflito entre preservação e propostas urbanas



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES



4.2 Mapas

4.3 Análise de balneabilidade

A presente análise de balneabilidade contou com o levantamento dos boletins de condições de balneabilidade da Fundação do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina (FATMA). Os boletins são disponibilizados no endereço eletrônico [eletrônico](http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=56&Itemid=83) <http://www.fatma.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=56&Itemid=83>.

As informações disponíveis contém a indicação de adequação (próprias) e inadequação (impróprias), baseadas em dados de colimetria.

O período de coleta dos boletins foi entre dezembro de 2008 à Janeiro de 2010, sendo que a frequência de coleta nas praias, segundo página da FATMA acessada em 2010 ocorre semanalmente, entre os meses de dezembro a março, e mensalmente quinzenal entre Abril e Novembro.

O número de ocorrência de classificação própria e imprópria foram quantificados, em cada ponto de coleta, e normalizados em porcentagem simples. Tais proporções e percentuais de foram espacializados em base cartográfica, a fim de expressar melhor os resultados e seu contexto.

Os municípios do litoral centro-norte (setor 2), devido aos seus atributos e, conseqüentemente, demanda turística, é o setor com maior número de estações de coleta de balneabilidade. Apresenta também peculiaridades relevantes para a balneabilidade, tais como: número superior de rios com média e elevada drenagem; diversos embaiamentos, tais como enseadas e reentrâncias menores; e assentamentos urbanos próximos uns aos outros e adjacente à linha de costa.

Desta forma, a análise sobre a média dos boletins de balneabilidade do ano de 2009, sobre as estações de coleta da FATMA, para o setor 2, demonstra condições impróprias em diversas localidades neste setor. Apresentando percentuais acima de 80%, destacam-se: os extremos da

Armação do Itapocoroy, município de Penha (SC), a foz do Rio Gravatá, entre Penha e Navegantes, o extremo norte da praia de Balneário Camboriú, foz do rio Marambaia, na foz do rio Taquaras, praia de Taquaras, no extremo norte da praia de Itapema, na foz do rio Perequê, na divisa intermunicipal de Itapema e Porto Belo e, no extremo leste da praia de Bombinhas, próximo à foz do rio.

Tabela 1 – Balneabilidade dos pontos de coleta dos municípios inseridos no setor 2 - litoral centro-norte

Município	Localidade	Pontos de Coletas	Número de Coletas	Própria (%)	Imprópria (%)
Balneário Camboriú	Praia de Laranjeiras	P06	34	100%	0%
Balneário Camboriú	Praia de Taquaras	P08	34	100%	0%
Balneário Camboriú	Praia de Taquaras	P09	34	0%	100%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P10	53	83%	17%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P11	53	81%	19%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P04	53	79%	21%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P12	53	74%	26%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P03	53	74%	26%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P13	53	85%	15%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P14	53	81%	19%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P02	52	83%	17%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P01	52	25%	75%
Balneário Camboriú	Praia Balneário Camboriú	P05	53	75%	25%
Balneário Camboriú	Praia do Estaleiro	P07	34	100%	0%
Balneário Piçarras	Praia de Piçarras	P02	32	100%	0%
Balneário Piçarras	Praia de Piçarras	P01	32	88%	13%
Bombinhas	Praia de Bombas	P02	34	100%	0%
Bombinhas	Praia de Bombas	P04	34	21%	79%
Bombinhas	Praia de Bombas	P05	34	82%	18%
Bombinhas	Praia de Bombinhas	P07	34	97%	3%
Bombinhas	Praia de Bombinhas	P06	34	3%	97%
Bombinhas	Praia de Bombinhas	P01	34	74%	26%
Bombinhas	Praia do Canto Grande	P08	34	74%	26%
Bombinhas	Praia do Mariscal	P03	34	100%	0%
Itajaí	Praia Brava	P03	33	97%	3%
Itajaí	Praia Brava	P04	33	55%	45%
Itajaí	Praia de Cabeçadas	P01	33	76%	24%
Itajaí	Praia do Atalaia	P02	33	100%	0%
Itapema	Praia de Itapema	P05	34	15%	85%
Itapema	Praia de Itapema	P03	34	71%	29%
Itapema	Praia de Itapema	P08	34	97%	3%
Itapema	Praia de Itapema	P04	34	74%	26%
Itapema	Praia de Itapema	P09	34	88%	12%
Itapema	Praia de Itapema	P02	34	100%	0%
Itapema	Praia de Itapema	P01	34	44%	56%
Itapema	Praia de Itapema	P07	34	0%	100%
Navegantes	Praia de Navegantes	P04	33	3%	97%
Navegantes	Praia de Navegantes	P02	33	45%	55%
Navegantes	Praia de Navegantes	P03	33	91%	9%
Penha	Praia Alegre	P02	33	61%	39%
Penha	Praia Alegre	P01	33	27%	73%
Penha	Praia da Armação do Itapocoroy	P03	33	55%	45%
Penha	Praia da Armação do Itapocoroy	P05	33	0%	100%
Penha	Praia da Armação do Itapocoroy	P11	33	27%	73%
Penha	Praia da Armação do Itapocoroy	P04	33	21%	79%
Penha	Prainha da Penha	P07	33	100%	0%
Penha	Praia da Saudade	P06	33	100%	0%
Penha	Praia Grande	P08	33	97%	3%
Penha	Praia de São Miguel	P10	33	48%	52%
Penha	Praia Vermelha	P09	33	100%	0%
Porto Belo	Praia de Perequê	P04	34	74%	26%
Porto Belo	Praia de Perequê	P05	34	47%	53%
Porto Belo	Praia de Perequê	P03	34	0%	100%
Porto Belo	Praia de Porto Belo	P01	34	59%	41%
Porto Belo	Praia de Porto Belo	P06	34	91%	9%
Porto Belo	Praia de Porto Belo	P02	34	38%	62%

Com exceção da Armação do Itapocoroy, todos os pontos de coletas com grande ocorrência de condições impróprias em 2009 estão associados a desembocaduras fluviais, de drenagem que passam por assentamentos urbanos e, provavelmente, realiza a função de escoamento dos efluentes irregulares conectados (Figura 1).

Além disso, diversos trechos ao longo das praias de Itapema, de Bombas e do Gravatá, em Navegantes, apresentaram-se em cerca de 50%, no período analisado, com condições impróprias. Tais áreas refletem a diluição da variável de medida por localizar-se adjacientemente às estações com maior poluição supracitadas.

As praias que não apresentaram, durante o período analisado, condições impróprias foram a praia Central de Balneário Piçarras, o meio da praia de Navegantes, Atalaia (em Itajaí), Estaleiro (em Bal. Camboriú), e Praia de Mariscal, em Bombinhas.

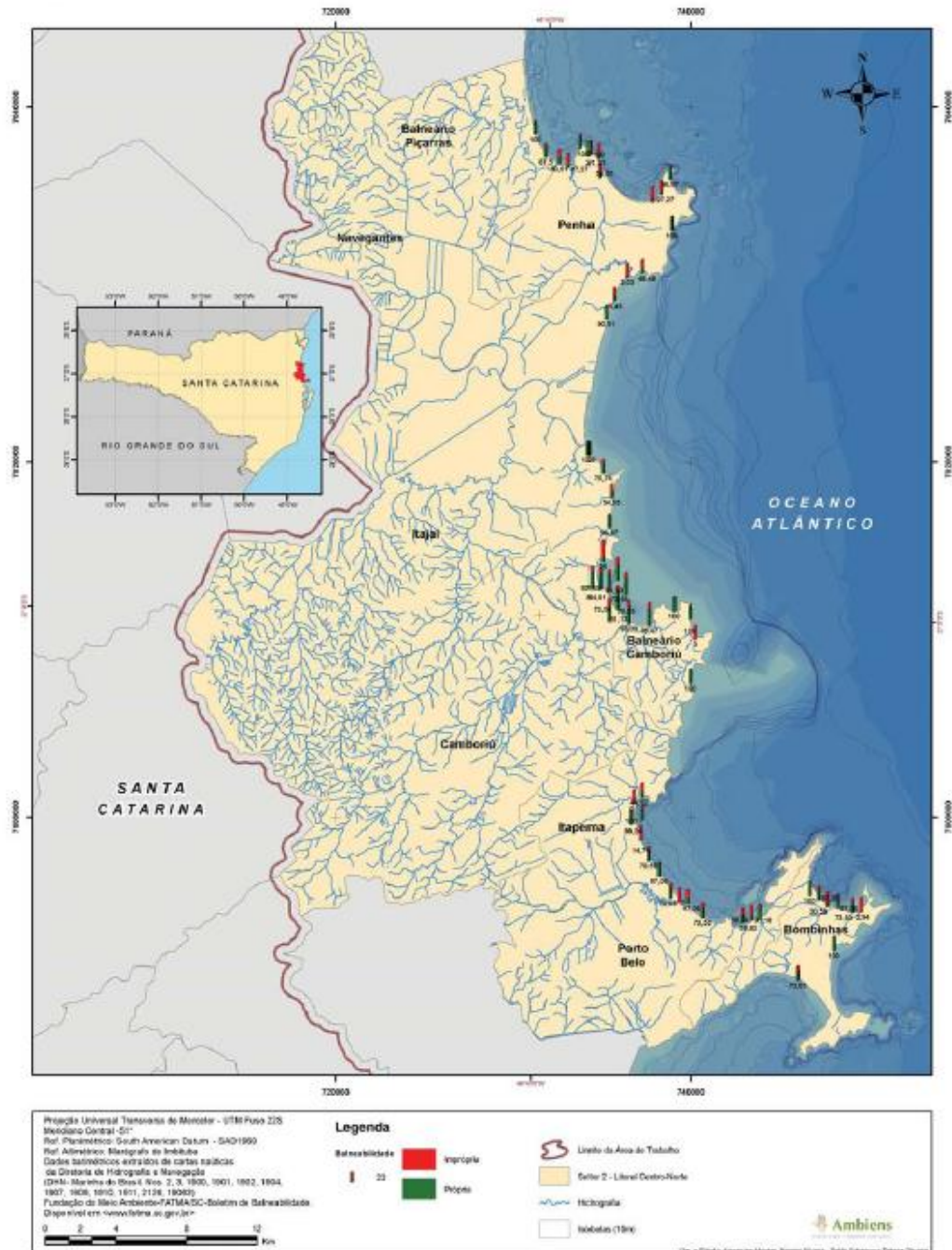


Figura 1 – Mapa de Balneabilidade para o litoral centro-norte (Setor 2)



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

